



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 103-2019 – SIAM 0368200/2019			
PA COPAM Nº: 14510/2006/003/2016		SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento	
EMPREENDEDOR: TB Loch e Cia Ltda		CNPJ: 20.908.646/0001-89	
EMPREENDIMENTO: TB Loch e Cia Ltda		CNPJ: 20.908.646/0001-89	
MUNICÍPIO: Paraopeba		ZONA: Urbana	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Não se aplica.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
B-01-09-0	Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração	3	0
A-05-04-6	Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento		
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Silas Alves Conta		ART: 14201600000003095867	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental		1.269.800-7	
De acordo: Lília Aparecida de Castro Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.389.247-6	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 103-2019

O empreendimento TB Loch e Cia LTDA atua no beneficiamento de ardósia e exerce suas atividades no município de Paraopeba - MG. Em 20 de maio de 2016, foi formalizado na Supram Central Metropolitana o processo administrativo de revalidação de licenciamento ambiental de nº 14510/2006/003/2016. Em 07 de junho de 2019, o processo foi reorientado a fim de se adequar à Deliberação Normativa COPAM 217/2017, na qual a atividade exercida pelo empreendimento passou a ser licenciada por meio da modalidade “Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS” via Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA). As atividades foram enquadradas na DN 217/17 como “Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração”, código B-01-09-0 e “Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento”, código (A-05-04-6). As áreas úteis de 4,00 ha e 1,00 ha respectivamente, justificam a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional zero.

O empreendimento se encontra instalado em um terreno com 8,01 ha, sendo que o setor de beneficiamento está localizado em dois galpões comunicantes em L, um destinado à linha de produção com 3.000 m² e o outro com área de 1.240 m², onde é feita a manutenção mecânica. A empresa conta com 18 funcionários, que trabalham em único turno de 8 horas dia, 22 dias por mês.

A matéria prima utilizada é apenas a ardósia em placas, também chamadas de “lajões”, com o padrão de 2,60 x 1,50 m, proveniente de minerações da região, estas são serradas em placas média de 2,30 x 1,30 m, de forma a ser o principal produto comercializado pela empresa. A atual escala de produção é de 7.000 m²/mês e existe também, em menor escala, a produção de peças maiores com 2,50 x 1,30 m. As peças são feitas de modo a se encaixarem, formando o tampo da mesa de bilhar. No processo produtivo, ocorre a utilização de água para o resfriamento das serras, furadeiras e descascadeiras.

A pilha de rejeitos é formada por cacos e material fino e terá altura máxima de 5 metros, com inclinação dos taludes de 45° e patamares mínimos de 3 metros. A drenagem pluvial da pilha é direcionada a tanques de decantação, por meio de canaletas.

Quanto ao uso de recursos hídricos no empreendimento, a concessionária local (Copasa) fornece 35,0 m³/mês. Outros 71,0 m³/mês são provenientes de tanques que armazenam a água da chuva que passa por processo de recirculação.

Como principais impactos inerentes à atividade e mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos sanitários e industriais, de resíduos sólidos e ruídos.

Os efluentes de origem sanitária são lançados em dois sistemas de tratamento compostos por fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, sendo que um destes sistemas atende à área administrativa e o outro à área de produção. O efluente industrial é destinado a tanques de decantação e depois retorna ao processo.

Quanto aos resíduos sólidos, foi informado no RADA que o rejeito do processo industrial é lançado em pilha, pilhas e baterias são destinadas aos fornecedores, os pneus são destinados a empresa do município de Paraopeba enquanto que as lâmpadas fluorescentes são destinadas à reciclagem. Ressalta-se que lâmpadas fluorescentes são classificadas como



resíduo de classe I (perigoso) não sendo, portanto passível de reciclagem e, desta forma, deverão ter adequada destinação. Não foi informado sobre os demais resíduos gerados no empreendimento. Cabe informar que a correta destinação de todos os resíduos gerados no empreendimento é de responsabilidade do empreendedor. Deste modo, será condicionado neste Parecer Técnico a apresentação de relatório contendo todos os resíduos gerados no empreendimento, sua classe, volume, disposição dentro da empresa e destinação final.

Os ruídos são gerados pelo funcionamento de equipamentos como serras, furadeiras e politrizes. Não foi informado no RADA nenhuma medida mitigadora para este impacto. Cabe informar que o monitoramento de ruídos no empreendimento será condicionante deste Parecer Técnico.

Com relação ao cumprimento das condicionantes do processo de licenciamento ambiental anterior, certificado de Licença de Operação Corretiva (LOC) 101/2010), conforme relatório do NUCAM (protocolo 224314/2019), tem-se as seguintes inconformidades:

- Descumprimento da condicionante nº 1: “Executar o monitoramento do sistema de separação água/óleo”. Não houve a apresentação de nenhum relatório do monitoramento da entrada e da saída do sistema de separação de água e óleo;
- Cumprimento intempestivo da condicionante nº 2: “Apresentar projeto de regularização do atual bota-fora visando sua adequação de acordo com a NBR 13029 (elaboração e apresentação de projeto de disposição de estéril em pilha), o respectivo cronograma de execução e ambas as ARTs”;
- Cumprimento intempestivo da condicionante nº 4: “Apresentar o relatório de construção e/ou interligação da caixa separadora de água e óleo do posto de abastecimento”;

Em função do descumprimento do prazo de entrega das condicionantes 2 e 4, foi lavrado o Auto de Infração 197140/2019. Quanto à condicionante 1, foi aplicada multa simples no âmbito do Auto de Infração 197140/2019, pelo não cumprimento da condicionante na vigência do Decreto Estadual 44.844/2008 e também na vigência do Decreto Estadual 47383/2018, Auto de Infração 197141/2019.

Ressalta-se que, de acordo com o relatório do NUCAM, apesar do descumprimento das condicionantes, não houve a constatação de dano ambiental, mesmo em relação à condicionante 1, pois, verificou-se que tanto na área do posto de abastecimento como na área da oficina mecânica não há geração de efluentes líquidos devido à ausência de lavador. Também contribui com esta situação o fato de haver no empreendimento uma caixa separadora de água e óleo construída em manilha, o que garante o controle em caso de vazamento acidental. Também não foi verificado dano ambiental relacionado ao cumprimento intempestivo das condicionantes 2 e 4.

Deste modo, em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e no Relatório do NUCAM, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “TB Loch e Cia Ltda”, para a atividade de “Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração e “Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento” no município de Paraopeba - MG”, pelo prazo de 10 anos”,



vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “TB Loch e Cia Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “TB Loch e Cia Ltda”

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída dos sistemas de fossas sépticas/filtro anaeróbio.	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: efluente bruto: Antes da entrada da fossa. Saída da fossa (efluente tratado): após o filtro

Relatórios: Enviar anualmente à Supram CM até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.



Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram CM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto



à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

3. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram Central Metropolitana os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.